

PROJETO DE LEI Nº 050/15, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público de uma Cozinheira/Merendeira, e dá outras providências.

NÉLIO JOSÉ VUADEN, Prefeito do Município de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores do Município de Roca Sales aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar temporariamente, em caráter de excepcional interesse público, conforme determina o art. 193 e inc. III do art. 194, da **Lei Municipal nº 802/07**, de 31 de julho de 2007, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Roca Sales, 01 (uma) **COZINHEIRA/MERENDEIRA**, Padrão AC – 03, com carga horária de 37:30 (trinta e sete e meia) horas semanais, coeficiente de vencimentos de 1.4178 e atribuições compatíveis com o respectivo cargo, conforme disposto na Lei Municipal nº 490/03, de 24 de dezembro de 2003, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipal, com habilitação legal para o exercício da profissão, que será regido pela Lei Municipal nº 802/07, subordinada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devendo a contratada desenvolver suas atividades junto as Escolas Municipais de Educação Infantil.

§ 1º - A contratação temporária será realizada para fins de substituição da servidora Margarida Therezinha Hupples, ocupante do cargo de Cozinheira/Merendeira, que está afastada de suas atividades, uma vez que se encontra em Auxílio Doença, conforme Portaria nº 859/15, de 15 de outubro de 2015.

§ 2º - O Poder Executivo Municipal, quando da contratação temporária em caráter de excepcional interesse público de uma Cozinheira/Merendeira, conforme aprovado pela presente Lei, deverá observar a classificação de candidatos aprovados em concurso público para o respectivo cargo, ou no caso de inexistência de concurso público em vigor, de Processo Seletivo Simplificado, conforme instituído pelo Decreto nº 2298/15, de 07 de abril de 2015.

Art. 2º - A contratação terá início a partir da data da assinatura do contrato administrativo até o dia 15 de novembro de 2015, data do término do afastamento da servidora a ser substituída, podendo ser prorrogada em caso de necessidade, até o limite de 06 (seis) meses, prorrogável por mais 06 (seis) meses.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas por dotação orçamentária própria, já inserida do presente exercício, como segue:

06.01 - ENSINO INFANTIL
12.365.0041.2021 - Manutenção do Ensino Infantil
3190.04.00.00.00 - Contratação p/Tempo Determinado (6100)

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ROCA SALES
EM 15 DE OUTUBRO DE 2015.

NÉLIO JOSÉ VUADEN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GRAZIELE NATIVIDADE
Assessora de Administração